

MOVIMENTO EM PROL DA EMANCIPAÇÃO DO ENTRONCAMENTO DE JAGUAQUARA-BA: UMA ANÁLISE DA SUA DINÂMICA SÓCIO-TERRITORIAL

Romilda Assunção Souza

Licenciada em Geografia- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Brasil
Especialista em Antropologia da Cultura Afro- brasileira - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.e-mail lala3019@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho foi realizado com o propósito de analisar a dinâmica sócio-territorial e a luta em prol da emancipação política de um distrito localizado em Jaguaquara, município do interior da Bahia. A análise foi feita baseada no método dialético buscado uma discussão capaz de trazer reflexões sobre o que de fato leva um grupo social a lutar pelo processo de emancipação de um distrito, e assim entender quais os enclaves que de fato, dificulta a emancipação. Outro ponto abordado foi as questões de ordem jurídica política e social que por força da lei acompanham um processo de emancipação política de um distrito. O problema da emancipação de municípios envolve questões tais como: a participação da população, a distribuição de recursos públicos, geração de emprego e renda e redução das desigualdades econômicas. Assim, se faz necessário uma análise geográfica sobre as condições existentes e a viabilidade de criação de novos municípios no território brasileiro.

PALAVRAS- CHAVE: emancipação, política, território, poder e dinâmica sócio-territorial

MOVIMENTO IN FAVOR OF THE JUCTION OF JAGUAQUARA IN BAHIA STATE: AN ANALYSE OF ITS SOCIAL –TERRITORIAL DINAMIC

ABSTRACT

This work was done in order to analyze the social territorial dynamic and also the fight in favor of the political emancipation of a district located in Jaguaquara, a town upstate of Bahia . The analyze was made based in the dialect method searching for a discussion that comes bring out reflections about what really drives a social group to fight for the process of a district emancipation , and in this way to understand what the drags that really make difficult its emancipation. And another discussed point was the social, political and juridical questions which by the law, go along with a political emancipation process of a district. The problem of a district emancipation involves questions such as: participation of the population, public recourses distribution, employment and profit production and economic inequality decrease. In this way, it's

necessary to make a geographic analyze about the actual condition and the viability of new towns creation in Brazilian territory.

KEYWORDS: emancipation, politics, territory, power and social – territorial dynamic

INTRODUÇÃO

Os conhecimentos em torno das dinâmicas e das novas reorganizações dos lugares são significativos e muito importantes para se compreender os processos de transformações e as relações sociais existentes em uma sociedade.

Assim através de uma análise geográfica sobre o desenvolvimento das novas organizações sócio – territoriais é possível se compreender a luta de atores sociais em prol da emancipação política de um distrito.

Neste sentido o desenvolvimento deste trabalho busca dar uma pequena contribuição e até mesmo fomentar as discussões das diversas reflexões acerca das relações políticas territoriais que emanam do seio da sociedade.

Para tanto, teóricos que levantam debates em torno dos processos de criação /emancipação de municípios e questões territoriais como Zilá Mesquita, Mello, Noronha, Antônio da Fonseca, Roberto Lobato Corrêa e outros serão utilizados para fundamentação do trabalho a ser apresentado.

Para atender os objetivos da pesquisa foram utilizados os procedimentos metodológicos da pesquisa direta e indireta, através de aplicação de questionários, compilação de dados e outros, objetivando analisar o processo de emancipação política do Entroncamento de Jaguaquara, sua dinâmica, política, econômica e social na perspectiva de contribuir com as reflexões sobre a geografia política da atualidade.

A Dinâmica social do lugar diante das novas reorganizações territoriais da atualidade merece reflexões geográficas que contemplem debates sobre a influência da identidade e cultura do homem na formação ou delimitação do seu espaço. Esta abordagem se aproxima das idéias de Corrêa (1995) “....uma sociedade só se torna concreta através do seu espaço, do espaço que ela produz....”

Assim, a luta pela emancipação política de um distrito no contexto de um determinado momento histórico, no caso o Entroncamento de Jaguaquara localizado na região sudeste do estado da Bahia e pertencente a este mesmo município emerge de forma a explicar o vínculo existente entre a sociedade e o lugar, ou seja, o seu espaço onde as ações sociais e os processos de transformações territoriais se concretizam.

Na verdade, é preciso conhecer o caráter do processo de criação /emancipação de municípios e as suas implicações geográficas econômicas e sociais a nível de país.

Estudar o problema da emancipação política de um distrito a luz das complexas e dinâmicas reorganizações, requer o tratamento de variáveis que emanam da questão, a força da ideologia difundida pelas frações sociais dominantes com o propósito de se alto beneficiar politicamente, os anseios da massa popular por benefícios imediatos, como saúde, educação, empregos saneamento básico e outros.

É na perspectiva de avaliar quais fatores impulsionam a luta pela emancipação do distrito a ser pesquisado que entrevistas foram feitas aos habitantes locais. Assim, para avaliar a dinâmica sócioeconômica do município de Jaguaquara, foram necessárias informações sobre arrecadação de impostos do município, a produção econômica e a receita municipal. Estas foram coletadas através de visitas a instituições como a prefeitura, secretaria de finanças, no escritório do IBGE e na SEI.

Com o propósito de se alcançar o segundo objetivo, identificar se realmente existem fatores, que impulsionaram os atores sociais a lutarem pela emancipação do distrito, foi necessário saber se existe uma mobilização da população e assim analisar quais foram os seguimentos da sociedade, ou seja, quais os grupos sociais que desejavam que o distrito fosse emancipado, quais foram os interesses e anseios.

Desta forma a pesquisa também realizou-se em instituições civis como, igrejas, associações de bairros e com os grupos que estavam à frente do processo de emancipação, vereadores e outros. Os questionários que foram aplicados para as lideranças tiveram um teor metodológico diferenciado dos questionários que foram destinados a coleta de dados sobre o ponto de vista da massa popular com relação as questões emancipatórias do distrito. Seguindo a mesma linha de trabalho, na avaliação sobre a aplicação de recursos públicos no distrito, foram consultadas prefeituras e câmaras de vereadores. Os dados foram tabulados e analisados com o propósito de alcançar os objetivos desejados para a pesquisa.

CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS: UMA ANÁLISE GEOPOLÍTICA PARA O CASO DO ENTRONCAMENTO DE JAGUAQUARA.

A análise sobre a criação e emancipação de municípios no Brasil e as possíveis conseqüências e transformações políticas, econômicas e sociais estabelece um vínculo geopolítico de extrema relevância quando, a partir de uma reflexão geográfica observamos as dinâmicas sócio-territoriais do mundo contemporâneo e os significativos debates em busca de novas alternativas para o desenvolvimento do bem-estar-social.

Assim, a dinâmica econômica, política e social do mundo contemporâneo têm impulsionado grandes mudanças e novos rearranjos espaciais na configuração dos lugares.

Essa nova reorganização se concretiza através da manifestação histórica da ação humana, uma vez que o espaço geográfico é o resultado da necessidade do homem de propiciar meios de desenvolvimento de acordo com os seus interesses, desejos e sonhos.

Desse modo, a produção do espaço social tem na sua essência a marca predominantemente de aspectos culturais que envolvem a sociedade, pois é através dos padrões espaciais que se expressa toda a manifestação, valores, interesses, mentalidades, formas de vida e de ação que se estabelecem por meio da cultura de um povo.

Desse modo, a construção de lugares expressa uma interação entre cultura, história e prática dos agentes sociais que, dentro das suas possibilidades, reordenam e reorganizam o seu espaço.

Tomando como base às idéias de Santos (1997). A ação que o homem realiza sobre o lugar é uma forma de expressar sua vida e viver para o homem é

produzir espaço. Assim, a história, vida e produção de espaço são indissociáveis. Nessa perspectiva, os debates em torno da produção do espaço e das novas configurações territoriais vêm acompanhados de análise sobre a vida do homem enquanto produtor das relações sociais que emanam da dinâmica dos novos rearranjos territoriais.

Assim, ao analisar em escala geográfica local, como no caso específico de um município e ou um distrito, os conflitos, debate, lutas e ações em prol das conquistas emancipatórias, cabe frisar que a emancipação política almejada está calcada na delimitação de um território fixo e estável, constitucionalmente formalizado.

Essa abordagem geral sobre criação de município e dinâmica sócio territorial tem a finalidade de fundamentar o estudo sobre o processo de emancipação política de um distrito localizado no sudoeste do Estado da Bahia: o Entroncamento de Jaguaquara, que se situa entre o município de Itiruçu e o distrito sede Jaguaquara. Percebe-se que a dinâmica desta localidade é fortemente influenciada pela BR 116, que corta o povoado em toda a sua extensão. O crescimento urbano do Entroncamento está estreitamente relacionado á influência da BR-116, que por sua vez faz parte da dinâmica do local.

Diante da falta de recursos econômicos a população busca alternativas no comércio informal e na prestação de serviços. No entanto, não se observa nenhuma iniciativa política voltada para a geração de emprego e renda. É nessa perspectiva que surge a mobilização de alguns moradores do distrito com o propósito de conquistar a emancipação, que por força da lei vem acompanhada de algumas vantagens como, disposição de cargos políticos e a criação de novos empregos. Porém, é sabido que em muitos casos no Brasil, a criação de municípios trouxe conseqüências indesejáveis, pois a ausência de uma base econômica sólida causa à instabilidade social e conseqüentemente uma dependência de recursos Federais e Estaduais. Ao que parece, a princípio, existe uma estratégia por parte dos dirigentes da sede municipal (Jaguaquara) que o Entroncamento de Jaguaquara permaneça dependente, pois do contrário, a sede perderá a sua quota no fundo de participação dos municípios junto ao Governo Federal. Os conflitos de interesse político então, entre as frações dominantes do distrito e da sede são convergentes no que diz respeito à legitimação do poder.

PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO ENTRONCAMENTO DE JAGUAQUARA

O povoado do Entroncamento de Jaguaquara situa-se entre o município de Itiruçu e o distrito sede Jaguaquara. O núcleo urbano do povoado é cortado de norte a sul pela BR 116 e de leste a oeste pela Ba 250. Percebe-se que a dinâmica dessa localidade é fortemente influenciada pela BR 116. Apesar do perceptível crescimento urbano do distrito, considerando a expansão do número de estabelecimentos comerciais e de residências, tem-se observado um crescimento econômico limitado devido à falta de recursos geradores de desenvolvimento. Diante da falta de perspectiva a população busca alternativa no comércio informal e na prestação de serviços. No entanto, não se observa nenhuma iniciativa política voltada para a geração de emprego e renda. É nesse cenário que surge a mobilização de alguns moradores do distrito com o propósito de conquistar a emancipação, que por força da Lei vem acompanhada de algumas vantagens em curto prazo como disposição de cargos políticos e a criação de novos empregos dentro das estruturas

administrativas necessárias a gestão do novo município. Nesse contexto pessoas que vivem a muito tempo no distrito e que são vítimas dos desmandos políticos foram entrevistadas e revelam revolta e desejo de mudança que venham trazer melhorias a população. Segundo depoimento dos moradores a necessidade de um projeto de emancipação surgiu pela falta de assistência social que os moradores do distrito se encontram. Nessa lógica, lideranças se mobilizam com o intuito de elevar o distrito à condição de cidade.

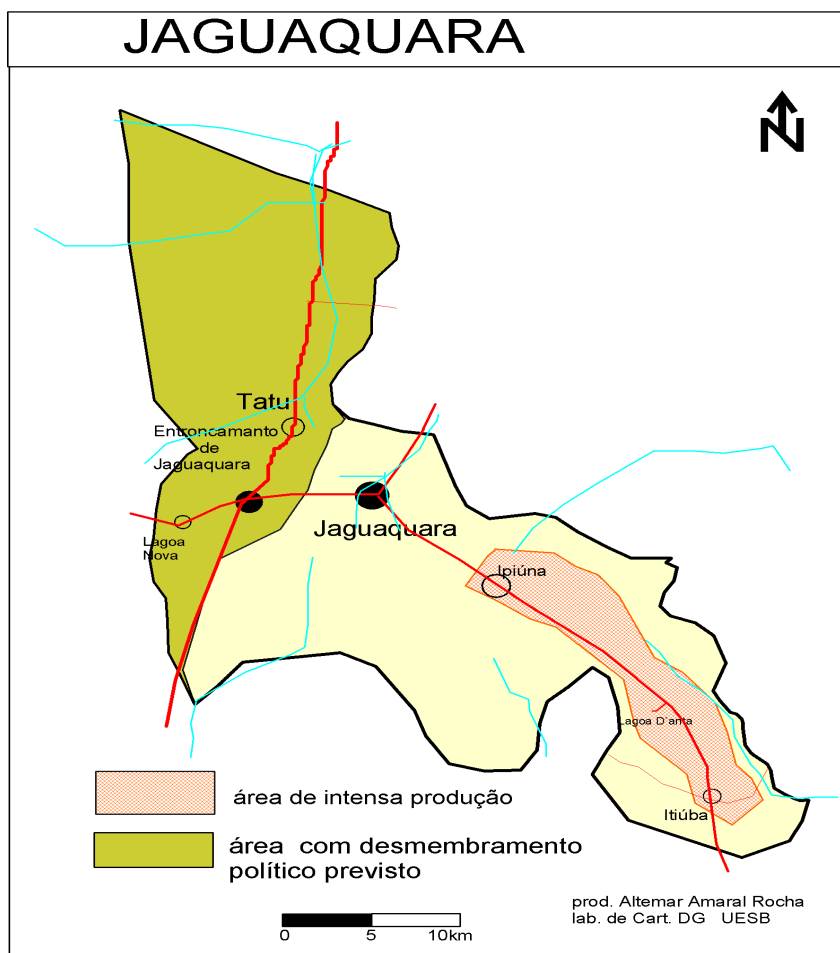


FIGURA – 1 : Município de Jaguaquara
 Fonte: mapa elaborado pela autora a partir de dados existentes no mapa original do município.

O projeto de emancipação do Entroncamento de Jaguaquara foi elaborado em 1989, pelo professor Everaldo Nunes morador do distrito e um dos líderes do movimento de emancipação. Segundo informações contidas no projeto, o distrito preenche todas as exigências necessárias a elevação à condição de cidade, pois possui: população superior a 10 mil habitantes; eleitores acima de dez por cento da população, centro urbano constituído com mais de mil casas; arrecadação além de cinco milésimos da receita estadual de impostos; e continuidade territorial.

Com a perspectiva de conquistar a emancipação, o documento foi encaminhado a Assembléia Legislativa do Estado da Bahia no mesmo ano de sua elaboração contendo aproximadamente 400 assinaturas com o objetivo de requerer agilidade ao processo de elevação do referido povoado a categoria de município, o qual passaria a se chamar Stela Dubois. Assim, o senhor Everaldo Nunes afirma que:

O projeto foi elaborado visando a emancipação, pois esta é um sonho de todos e o nosso distrito que tem crescido desordenado até, sem nenhum amparo, sem nada (...) eu cheguei aqui há 40 anos e não tinha com quem discutir a carta do ABC. Hoje nós temos aqui uma comunidade com mais de 3.000 pessoas formadas, tem que ser olhada de maneira diferenciada né? E como não tem acontecido isso, ninguém nos olha como deveria, aí vem a nossa necessidade de movimentar buscando uma certa liberdade.

Após dez anos da elaboração do projeto, o legislativo municipal aprova a Lei nº 557 de 23 de abril de 1999, juntamente com o executivo na pessoa do então prefeito do município de Jaguaquara, o senhor Ítalo Rabelo do Amaral. Segundo a referida Lei, o poder executivo municipal fica autorizado a proceder a realização de plebiscito no povoado do Entroncamento de Jaguaquara a fim de saber se a população gostaria de elevá-lo a condição de distrito ou não, primeiro passo para o processo de emancipação.

A partir daí os líderes do processo de emancipação começou a trabalhar no sentido de mobilizar a população para a consulta plebiscitária que foi realizada em 29 de agosto de 1999, com a maioria dos votos a favor da elevação do povoado a condição de distrito. No dia 14 de setembro de 1999, o prefeito municipal de Jaguaquara decretou a condição de Distrito o povoado do Entroncamento de Jaguaquara, por ter sido aprovada pela maioria absoluta de seu eleitorado a proposição contida na Lei nº 557, de 23 de abril de 1999. No entanto um dos moradores do distrito afirma:

O plebiscito foi realizado com o intuito de a gente conseguir o primeiro passo da emancipação, que é a criação do distrito, até conseguimos, mas daí vem á expressão 'ganhou, mas não leva'. Nós ganhamos, mas o seu Ítalo que era prefeito engavetou nosso projeto (...) era pra gente já ter cartório de registro civil, era pra ter uma subdelegacia, era pra ser um distrito de paz e aqui nós não temos um inspetor de quarteirão, agradecemos a ele, Ítalo Rabelo do Amaral.

DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DO DISTRITO STELA DUBOIS

Após a delimitação do distrito Stela Dubois o de Jaguaquara passou a ter uma nova configuração espacial. Assim, o novo traçado dos limites do distrito sede de Jaguaquara começa na Serra do Rio Preto seguindo pelo seu divisor de águas em toda sua extensão e continua pelo divisor de águas da Serra da Casca até encontrar o limite com o município de Jequié, no alto da serra Geral, divisor de águas das bacias dos Rios das Almas ou Jequié e de Contas, no marco que defronta a nascente do Rio Penedo, segue por este divisor que tem os nomes da Serra do Ouro Fino, Muquém, Pelado e Casca até o marco do alto do Pelado de onde se dirige em reta até a nascente do riacho Muquém, pelo qual desce até a sua foz no riacho Santa Rosa. Por este abaixo até a sua foz no riacho Pati, na BR 116, pela BR 116 até o Cruzeiro de São Cristóvão, daí em linha reta para a BA 250, na estrada da Fazenda Tripolândia, por esta até a sede da fazenda Tripolândia. Daí em linha reta para a serra do Alegre pelo divisor de águas da Serra do Alegre em toda a sua extensão do seu extremo se dirige em reta para o marco situado entre os lugares Barriguda e Baixa da Fatura, daí alcança a Serra do Quebra Costela, seguindo por

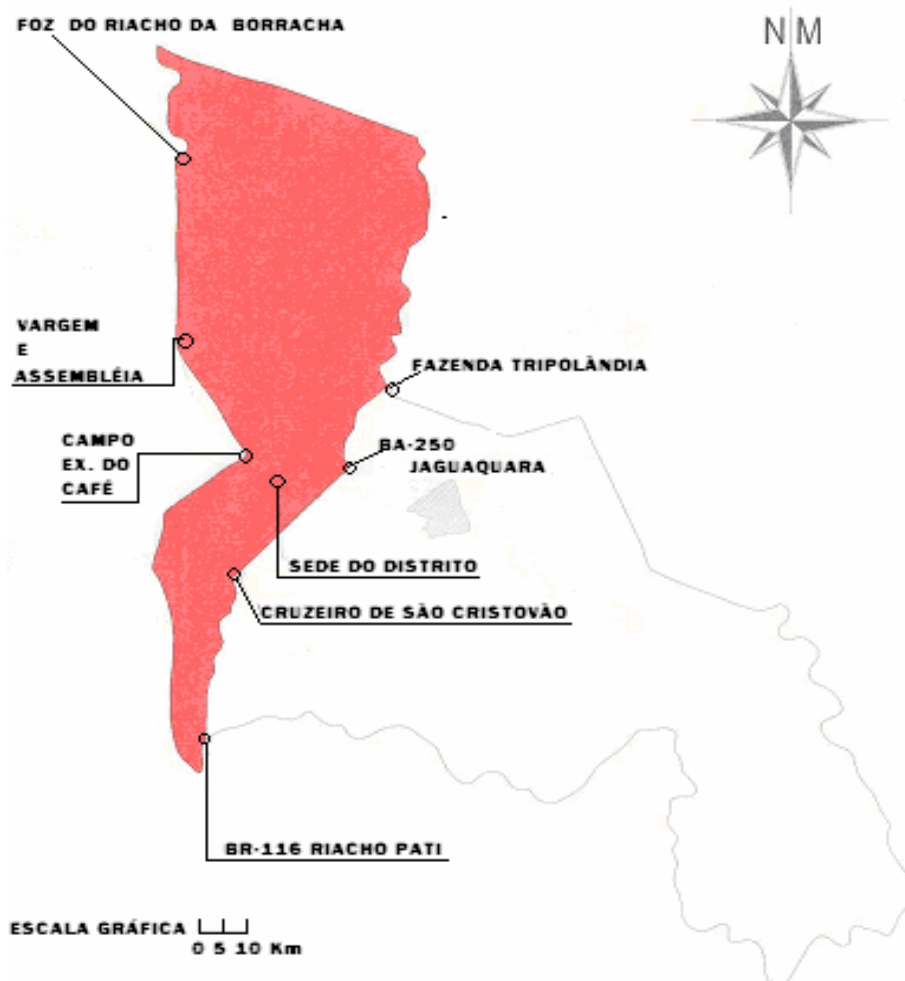
todo seu divisor de águas ate o povoado do Alto da Silva, alcançando a serra do Rio Preto, ponto inicial.



Fonte: Mapa elaborado pela autora a partir do mapa original do município sede.

Já o distrito Stela Dubois com a nova demarcação, começa no Cruzeiro de São Cristóvão, situado na BR 116, no Mutum, daí segue pela BR 116 até os limites com Jequiê na ponte sobre o riacho Pati, sobe por este até a foz do Riacho Beija-Flor. Por este acima até a cabeceira do mesmo nome, daí em linha reta até o marco no campo experimental do Café de Jaguaquara. Daí por outra reta até o ponto mais alto do divisor de águas, entre as lagoas, Bonita e Nova, de onde se dirige ainda em linha reta ao marco no alto do emparedado entre Vargem e Assembléia e daí finalmente, em linha reta até a foz do Riacho da Borracha no Rio Jequiricá, Riacho da Borracha por este abaixo até o marco de encontro da reta tirada do marco da Serra do Limoeiro para o lajedo das Contendas, daí em reta até o marco na Serra do Limoeiro, seguindo pelo divisor de águas da Serra do Limoeiro e pelo da Serra do Alegre até o ponto que confronta com a sede da fazenda Tripolândia na estrada da Fazenda Tripolândia até a BA 250, daí em linha reta até o Cruzeiro de São Cristóvão na BR 116, ponto inicial.

DISTRITO DE STELA DUBOIS



Fonte: Mapa elaborado pela autora a partir de um mapa Original, elaborado após o desmembramento territorial (1999)

Com a aprovação e a legitimação do povoado a condição de distrito uma nova etapa na luta em prol da emancipação se desencadeia no ano de 2002. O presidente da Câmara Municipal de Jaguaquara, o senhor Nardson Duarte Silva encaminhou um documento a um departamento jurídico em Salvador (órgão responsável por estudos de viabilidades para emancipação de municípios) pedindo um estudo de viabilidade para a possível emancipação do já agora distrito, Stela Dubois. O parecer do departamento foi favorável a elevação do distrito à cidade. Nesse mesmo ano o deputado Coriolano Sales informou a Câmara de vereadores que apresentou a comissão de constituição e justiça da Câmara dos Deputados um parecer que tratava da fixação de requisitos para a criação de municípios no Brasil. O parecer reivindicaria a realização de plebiscitos em vários distritos inclusive em Stela Dubois, com a conseqüente eleição municipal para 2004. Apesar do empenho do deputado e da aprovação do projeto no Senado Federal sob a relatoria do Senador Maguito Vilela – PMDB/ GO. O mesmo foi vetado pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva.

Em março de 2003, foi solicitado ao governador do Estado da Bahia Dr. Paulo Souto, pelos vereadores Gilberto Ferreira da Silva, Aldemir Moreira e Joaquim Antonio Meira Alves, maior empenho para que a emancipação do Entroncamento de

Jaguaquara se concretizasse afim, de propiciar ao povo a tão sonhada conquista de “liberdade”. Para o povo entroncamentense a emancipação significaria independência, uma vez que o distrito se encontra segundo os defensores do projeto sem assistência por parte da prefeitura municipal e não tem as suas reivindicações atendidas, no que diz respeito às condições básicas de assistência social. Segundo o vereador Jailson Machado, a necessidade da luta é clara, pois o Entroncamento possui uma população superior a 10 mil habitantes, A emancipação, então, seria capaz de trazer empregos, o próprio município teria a sua própria renda, além do social que, seria mais desenvolvido. Assim, a comunidade poderia ser atendida com órgãos públicos como hospitais, cartórios e outros. Nessa perspectiva, moradores como seu Juanei, segue dizendo:...” nós passamos a ser um distrito, e é um direito nosso um cartório e nós não temos, e até hoje os poderes municipais nada se manifesta para isso”. Outro morador ainda complementa: “... nós somos na base de 12 a 13 mil habitantes se houver 5 mil ou 6 mil de classe media o restante não tem nada, somos soltos, sem nada, vivemos aqui a toa, não tem nada aqui no Entroncamento para nós.

Os anseios da população se fundamentam na esperança de que se o distrito conquistar a emancipação poderá crescer muito, o que desperta a preocupação das lideranças políticas do distrito “mãe”, Jaguaquara, pois poderá perder grande parte dos impostos gerados pelo Entroncamento de Jaguaquara, isso dificulta as negociações que favoreça o desmembramento e a autonomia do distrito. Segundo as lideranças do Entroncamento de Jaguaquara, a prefeitura municipal faz objeção a luta. Assim relata um morador do distrito e professor, seu Everaldo Portela:

Geralmente, pai nenhum quer perder um filho, e Jaguaquara não quer perder o seu filho, principalmente o filho mais desenvolvido, e ai faz objeção, a luta deles é contra nós, e nós também não temos uma união, inclusive, nos anos 80, eu dizia ao major José Inácio Pinto: o Entroncamento precisa fazer um movimento para não votar em ninguém em Jaguaquara. Seria um tipo de protesto e lembro quando ele disse: ‘a idéia é boa, mas tá cedo viu, hoje, se ele estivesse aqui já não era mais cedo, falta em nós essa união para protestar assim.

Outro morador ainda complementa dizendo:

Olha. Eu acompanhei a administração de quatro prefeitos, e vejo que nenhum deles se mostrou a favor da emancipação, porque em nenhum momento levantou a bandeira a ponto de levar essa luta até Brasília, não, é só conversa de político em cima de palanque em época de política, pra enganar o povo, então não há uma força positiva da parte dos prefeitos e se depender de prefeito de Jaguaquara, o Entroncamento nunca será emancipado, porque Jaguaquara perderá muito com isso, qual o prefeito que vai querer que Jaguaquara perca uma parte de seu território.

Além da objeção da prefeitura, o governo do estado não se mostra disposto a contribuir com o desenvolvimento do processo de emancipação, segundo um entrevistado, em 1989, um grupo foi a Assembléia Legislativa em Salvador na tentativa de conseguir apoio do Governo da Bahia. Infelizmente na época, tinha 110 municípios concorrendo, isso impossibilitou uma possível legalização da ascensão do Entroncamento à condição de cidade. A constituição de 1988 não estabeleceu critérios para a criação de novos municípios e deu amplos poderes aos Estados para

legislarem sobre o assunto. Assim a responsabilidade das emancipações recaiu sobre o Executivo estadual e suas assembleias legislativas. É preciso, entretanto, saber diferenciar processos populares e legítimos de emancipação da criação irresponsável de novos municípios Segundo Noronha (1996: p 219) centena de novos municípios já foram instalados, em todas as unidades, da federação. Há municípios de todos os tipos, urbanos ou rurais, grandes ou pequenos populosos ou não. Sem dúvida há casos onde sobressaem aspectos pitorescos, mas na verdade cada caso é um caso, e sua exeqüibilidade deve ser analisada com base nas variáveis locais.

... o pessoal do Governo foi curto e grosso na resposta disse que o Governo não tinha condição de criar 110 municípios que ia ser mais de 500 ou 1000 ladrões para ajudar a roubar mais do Governo, e disse que o Governo não tinha nenhum interesse porque também há de convir, segundo ele, tinha posto de gasolina com cinco casas querendo emancipar.

EMANCIPAÇÃO DO ENTRONCAMENTO E CONFLITOS IDEÓLOGICOS

Os problemas em torno da emancipação envolvem questões tais como interesse da população em conquistar melhores condições de vida a fim de que possa adquirir pleno exercício de cidadania dentro da conjuntura política de abandono em que se encontra, relações de poder e interesse político por parte da elite local que, de alguma forma objetivam obtenção de cargos políticos e outros. Por esta razão é imprescindível que o ideal de luta entre as lideranças seja claro e norteador de objetivos que realmente atendam os anseios da população mais carente. Assim, segundo um entrevistado, o progresso social só virá:

... a depender do prefeito, que pode emancipar e depois botar um corrupto, um incapaz e aí vem a expressão: 'criei cobra pra me morder, né?', a gente corre esse risco, mas cabe as pessoas procurar uma pessoa idônea, pessoa que tenham dignidade.

No caso do Entroncamento, o interesse individual da elite se sobressai concomitantemente aos anseios da maioria da população que sonha com igualdade de condição e de direitos, pois se observa que não há um movimento próprio da população começou então, pelas elites políticas, vereadores, empresários, líderes comunitários, comerciantes e outros. Assim foi possível constatar que os moradores já ouviram falar sobre o movimento, porém não tem conhecimento de causa. Assim, o processo de emancipação de municípios no Brasil em termos geopolíticos, se caracteriza em função de relações de poder, eminente do território. Para analisar as relações de poder, isso é constatado na fala de um entrevistado.

... você sabe, nosso povo não é um povo educado, nos somos um povo problemático. A gente vê numa campanha política como essa que passou coisas absurdas, sujas, você quando vai atentar para os princípios adquiridos na escola e acompanhar o que vê aí, é um absurdo (...). Si todo mundo tivesse aquele ideal puro, ideal de civil, ideal de crescer o lugar, mas é difícil...

Segundo observações feitas por um entrevistado, existe um grupo que luta pela emancipação objetivando futuros cargos na prefeitura, no entanto, há lideranças que lutam independente de benefícios particulares, lutam por considerarem que o progresso virá para toda a população, sem a distinção de classe social, o impasse entre as lideranças é um dos fatores que atrapalham os encaminhamentos do processo de emancipação, uma vez que as articulações e os princípios ideológicos não se apresentam de forma coesa e coerente seguindo ideais comuns, desse modo Mesquita (1988) afirma que:

Os movimentos emancipatórios não podem ser enquadrados entre aqueles que voltam as costas para o Estado e procuram constituir-se como um antipoder. Ao contrário, eles perecem esta servindo de veículo a frações sociais dominantes desejosos de se tornar frações governantes locais, isto é, de ampliar o seu patrimônio de poder, trata-se de um capital político a investir através das articulações entre os segmentos sociais por uma rede de relações, até alcançar práticas hegemônicas. (MESQUITA, 1988)

Assim, a população envolvida precisa se conscientizar de que a escolha de um líder político é uma tarefa que exige uma formação política pautada nos princípios éticos da cidadania, nesse sentido, relata um entrevistado:

... na hora que o grupo que realmente quer ver o progresso do Entroncamento levanta a bandeira, o outro que é interesseiro, simplesmente atravessa pelo meio e aí começa a briga como já aconteceu em 1989. Desceu dois grupos para Salvador, um grupo liderado pelo prefeito e outro grupo liderado por um vereador. Chegaram até a brigar dentro da Assembléia Legislativa, pois cada um queria ser o pai da criança, então aquele que emancipasse o Entroncamento seria o pai da criança.

De acordo com um morador é complicada a escolha de um bom administrador para o Entroncamento de Jaguaquara, pois se corre o risco de pessoas gananciosas assumirem o poder e não contribuir em nada com o desenvolvimento do distrito. Observa-se que alguns políticos se apropriam das necessidades básicas da população a fim de se auto gerir e conquistar altos cargos, desde a esfera Municipal até a esfera Federal. Segundo um morador, na eleição para deputado surgiu uma campanha com o seguinte slogan "Vote em ACM Neto pela emancipação do Entroncamento". O povo confiou e votou e até hoje não se tem uma resposta sobre a emancipação do referido distrito.

É importante salientar que 100% da população entrevistada foram favoráveis ao processo de emancipação do Entroncamento de Jaguaquara, pois a mesma acredita ser viável ao crescimento do distrito, bem como a sua independência e autonomia, o que trará melhorias ao seu povo. Assim, a economia tenderá a crescer propiciando uma geração de empregos e conseqüentemente a "liberdade". Quanto à assistência da Prefeitura Municipal a população, 80% diz não ser beneficiada, pois não existe nenhum projeto visando atender as necessidades sociais das pessoas. Apesar de almejarem melhores condições de vida, temem o interesse particular que se sobressai entre as lideranças, objetivando cargos políticos e empregos na administração. O desmembramento e a criação de municípios devem ser cuidadosamente analisados e questionados quando se observa que há uma

tendência, segundo Mello (1971, p.29), de estados se desmandarem na criação desordenada e muitas vezes ilegal de municípios, levados ora pelo desejo de garear para si as antigas cotas dos impostos de renda e de consumo atribuídos a cada município, ora com a intenção de criar feudos eleitorais, cujo funcionamento é facilitado pela manipulação daquelas mesmas cotas “(...). Surgem, então, centenas de municípios-fantasma, verdadeiras ficções do ponto de vista econômico, sociológico, administrativo e até geográfico...” A população entrevistada acredita que a emancipação do Entroncamento possibilitará desenvolvimento na saúde, educação, saneamento básico, segurança, moradia, criação de empregos, pavimentação, projetos que atendam a criança e o idoso, bem como a população mais carente, além da construção de vários prédios públicos.

Desde que o projeto de emancipação foi elaborado em 1989, a população do Entroncamento começou a ser conscientizada pelas lideranças da necessidade, que o povoado tinha de se tornar distrito e conseqüentemente elevar-se à condição de cidade, a idéia foi sendo difundida e obtendo apoio da população que se manifesta totalmente a favor da emancipação, pois segundo a mesma isso significa mais assistência social que vem acompanhada de benefícios para a população carente. O povo almeja melhorias em todos os setores, pois, observa-se um grande abandono por parte dos prefeitos anteriores do município com relação ao distrito, isso é retratado no crescimento dos problemas sociais, como a criminalidade, a falta de emprego, para os pais de famílias, a prostituição na BR-116 e outros. Apesar de todos os problemas que assolam a população 98% dos entrevistados garantem que a prefeitura municipal nada tem feito pelo povo além de embolsar o imposto de renda gerado pelo distrito. A constatação do descaso sofrido pelo povo do Entroncamento fica nitidamente visível quando em 03 de outubro de 2004 ocorreram eleições municipais e o prefeito que perdeu as eleições comete uma série de arbitrariedade política como, abandono da prefeitura, não pagamento dos professores, dos garis e de grande parte dos funcionários da prefeitura, isso causou revolta em toda população que conviveu três meses trocando espaços com os urubus que pairava sobre o lixo que se espalhava por todo canto do Entroncamento. Assim um gari semi-analfabeto nos afirma com tristeza.

Tenho 3 filhos para criar, a dois meses não recebo um centavo, não sei que vou fazer, você sabe? Estou passando privação, o prefeito não pagou agente e disse que não vai pagar, agora fica contratando outras pessoas para pegar o lixo da cidade e matando agente de fome, isso é muito revoltante.

Assim, pode se observar que o desmando político e a falta de seriedade e compromisso com o povo vêm à tona uma vez que não se tem conhecimento de nenhum projeto social elaborado pela prefeitura municipal que venha contribuir com a melhoria da população mais pobre, as pessoas mais carentes vivem na sua maioria sem emprego e muitos ainda passam fome. É por essa razão que moradores do distrito Stela Dubois se preocupa com o projeto de emancipação, pois temem que os anseios do povo não sejam realmente saciados a fim de que possam viver com plenos direitos enquanto cidadão, a maioria dos entrevistados, afirmam que é preciso que a população saiba escolher os seus governantes e ao mesmo tempo tenha perspicácia política de modo que a emancipação venha trazer dias melhores para o povo que há tanto tempo luta por dignidade. Para a Prefeitura Municipal em caso de emancipação as conseqüências negativas para o município são visíveis, pois ocorrerá a redução da receita municipal, a diminuição do número

de vereadores, corte em boa parte das transferências federais, por conta da diminuição da população do município e outros. Segundo o Sr. Robson, secretário de finanças da atual gestão (2005), a emancipação do Entroncamento pode não ser tão viável, como pesam as lideranças, e segundo ele os mais prejudicados nesse processo, acaba sendo a população que deposita muitas expectativas de mudanças. Assim ele nos afirma que: “A Prefeitura está viabilizando projetos sociais para instancia federal e estadual esperando sair recursos. A assistente social, já fez um levantamento da área periférica do Entroncamento objetivando atender a população mais pobre do distrito.”

O entrevistado ainda afirma que a prefeitura está abrindo açude para o pequeno agricultor e promovendo o assentamento de trabalhadores rurais nas proximidades do Entroncamento de Jaguaquara, onde foi construído barragens para atender os trabalhadores rurais dando-lhes possibilidade de permanência e produtividade no campo. Além disso, a prefeitura pretende desenvolver projetos junto á secretaria de ação social que seja capaz de levantar a auto-estima da população que vive nos bairros periféricos sem nem um tipo de assistência. Ao que parece existe um grande impasse entre Jaguaquara e o distrito em questão, pois, apesar de se evidenciar a falta de investimento junto á população do distrito, as lideranças do distrito “mãe” estão sempre afirmando que trabalham no sentido de contribuir com o desenvolvimento social da população do Entroncamento de Jaguaquara.

... O território definido como sendo um recorte espacial definido e delimitado por relações institucionais de poder, que tanto pode ser composto por regras formais quanto por regras informais, o território dessa forma, expressará a posse e o exercício de poder dos atores... (FONSECA, 2003, P.33).

O território visto como poder, com suas lutas e fazeres políticos, por trás do processo de emancipação política de um distrito revelam nada mais que a busca pelo poder. Após evidenciar tais relações sócio-espaciais que envolvem os moradores do lugar e a questão territorial, é imprescindível destacar os desejos daqueles que, por trás dos seus balcões de interesses particulares manipulam as informações e recursos do distrito para proveito próprio. Tratando especificamente dos vínculos verticais que existem entre as populações dos municípios de um modo geral, e os grupos políticos, pode-se afirmar que existe um distanciamento entre elite e massa.

Segundo Mesquita (1988), os movimentos separatistas nacionais, e os que fazem reivindicações territoriais emancipatórias, freqüentemente estão impregnados por uma ideologia na afirmação de uma identidade coletiva. Porém, nada autoriza a generalizar que esta identidade seja nova, dado o peso de valores tradicionais, culturais e políticos, às vezes conduzidos por frações sociais dominantes a nível local e regional, que se articula com as frações sociais dominadas. O processo de emancipação é, antes de tudo, uma questão de poder, de conflito, onde determinado grupo se sente beneficiado com a aplicação de verbas públicas municipais. Neste sentido, o município é uma peça-chave nas estratégias do poder, na medida, que permite a “onipresença” do Estado por todo o território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vigência do modelo capitalismo global tem intensificado nos espaços mundiais, um desequilíbrio político, econômico e social. Essa instabilidade desperta

nos atores sociais diversas formas de mobilizações populares em escala local, regional e global.

Assim, a reflexão em torno da emancipação político de um distrito requer observações que contribuam positivamente com as discussões e os anseios da população envolvida.

Nesse sentido, a pesquisa feita no Entroncamento de Jaguaquara atual distrito Estela Dubois sobre o possível processo de emancipação política, revela grande desejo da população melhores condições de vida, afim de que possam exercer com plenitude a sua cidadania, uma vez que se sente desassistida pelo distrito “mãe” Jaguaquara. Apesar de almejarem benefícios com a emancipação a população teme os desmandos políticos que podem ocorrer por parte de alguns grupos, o que dificulta a aprovação do projeto de emancipação.

É necessário, no entanto, que a população, bem como a liderança envolvida, no processo de emancipação, atente para as questões que emanam de ideais pautados na igualdade de direitos e na noção de cidadania plena entre os cidadãos sem distinção entre as classes sociais. A partir das análises sobre o possível desmembramento do distrito Stela Dubois cabe frisar que os moradores precisam ter consciência do seu papel enquanto cidadão, capaz de decidir o futuro do seu município através da luta democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORRÊA, R. L.; Espaço, um conceito – chave da geografia. In: CASTRO, Iná E de., GOMES, Paulo César da C., CORRÊA, R. L (org.). **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

FONSECA, A. M. da. **Descentralização e estratégia institucionais dos municípios para a captação de recursos: um estudo comparativo entre Feira de Santana, Ilhéus e Vitória da Conquista**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003

MELLO, D.L.O **Município na Organização Nacional**. Rio de Janeiro: IBAM, 1971

MESQUITA, Z.; **Movimentos emancipatórios: Lutas políticas contra o Estado, fora dele ou dentro?** Ensaio teórico (1988).

NORONHA, R. **Criação de Novos Municípios: Um Processo Ameaçado**. Revista de administração municipal. Rio de Janeiro, 1996.

SANTOS, .M.; **Metamorfose do espaço habitado**. 5 ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.